



CLIPPING INTERNET
21/11/2019 ATÉ 21/11/2019



INDÍCE

1	CEMULHER	
	1.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	12
2	DECISÕES	
	2.1 BLOG DIEGO EMIR.....	3
	2.2 BLOG DO LEITÃO	4
	2.3 BLOG GENIVALDO ABREU.....	5
	2.4 BLOG VANDOVAL RODRIGUES.....	6
	2.5 SITE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - MA.....	7
	2.6 SITE É MARANHÃO.....	8
3	DESEMBARGADOR	
	3.1 SITE JORNAL PEQUENO.....	9
4	INSTITUCIONAL	
	4.1 BLOG DO VARÃO.....	10
5	PRECATÓRIOS	
	5.1 BLOG GILBERTO LEDA.....	11
6	PRESIDÊNCIA	
	6.1 BLOG AMARCOS NOTÍCIAS.....	12

Pres. do TJMA, Desembargador Joaquim Figueiredo reconhece contribuição dos afrodescendentes à cultura brasileira

Para o desembargador Joaquim Figueiredo, é importante reconhecer a contribuição cultural dos afrodescendentes (Foto: Ribamar Pinheiro)

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Joaquim Figueiredo, afirmou que os afrodescendentes têm o respeito e o reconhecimento do Poder Judiciário Estadual na luta pela dignidade e igualdade social.

A afirmação foi feita nesta quarta-feira (20) - Dia da Consciência Negra - na presença da desembargadora Angela Salazar (presidente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJMA), do ex-presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE), desembargador José Bernardo Silva Rodrigues, de lideranças do movimento negro de São Luís e servidores do TJMA.

Para o desembargador Joaquim Figueiredo, é de suma relevância reconhecer a importância dos afrodescendentes no desenvolvimento e na construção da sociedade brasileira, preservando os valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência africana no Maranhão e no país.

Na ocasião, o desembargador José Bernardo Silva Rodrigues disse que a luta dos negros contra a discriminação racial e a desigualdade social exige uma profunda reflexão, sob o ponto de vista da Constituição Federal, onde estão estabelecidos os direitos que devem ser protegidos e respeitados.

A desembargadora Angela Salazar, por sua vez, afirmou que o acesso aos direitos garantidos à população negra na Carta Magna implica em profundas mudanças na sociedade.

Na oportunidade, o presidente da Associação Cultural de Tambor de Crioula do Maranhão, Paulinho Dimaré Bertholdo, e outras lideranças do movimento presentes agradeceram ao presidente do Tribunal de Justiça pelo caráter democrático do diálogo estabelecido com os grupos afrodescendentes de São Luís.

Ao final, foi entregue ao presidente do Tribunal de Justiça um documento com várias ponderações sobre igualdade racial consideradas pertinentes pelos integrantes do movimento negro.

Da Assessoria

Decisão judicial garante direito à vida frente crença religiosa

Em decisão inédita no âmbito do Tribunal de Justiça do Maranhão a desembargadora do TJMA Nelma Celeste Souza Costa, negou pedido de paciente que pleiteava não ser submetido à transfusão de sangue, em razão de crença religiosa. A decisão foi tomada na madrugada desta quinta, 21, em regime de plantão.

O pedido chegou ao Tribunal de Justiça após o paciente A. M. S. F., internado em um hospital da capital, ter tido seu pedido negado na Justiça de 1º grau. Em suas razões recursais ele alega haver documento assinado, há pelo menos seis anos, no qual expressa sua vontade e isenta de responsabilização o corpo médico. Destacou, ainda, que a negativa ofendeu a dignidade da pessoa humana.

Por outro lado, em razão do quadro clínico do paciente requerer cuidados e a urgência na realização do procedimento, o hospital entende que a transfusão é necessária ao caso, sendo fundamental para a manutenção da vida.

Na decisão, Nelma Celeste invoca os direitos fundamentais expressos na Constituição Federal, em especial o direito à vida, destacando que nenhum é absoluto. “Entretanto, pela sua importância axiológica e por ser pressuposto elementar para o exercício de todos os outros direitos, o direito à vida só pode ter restrições nos casos previstos na própria Constituição...”.

A magistrada também considerou que o pedido formulado deve partir de uma vontade livre e contemporânea à necessidade de transfusão, o que não ocorre no caso, haja vista que a declaração data de pelo menos seis anos atrás. “Assim, não havendo vontade expressa, contemporânea e livre de vícios, não há como reconhecer o direito pleiteado”.

Ela destaca, ainda, que o paciente, em razão do estado de saúde, não se encontra em sua plena capacidade de decisão. “Repito, é necessária a plena capacidade do paciente para saber as consequências do ato omissivo”, reforça.

O tema é controverso e de grande relevância social. Em 14 de outubro do ano corrente, o STF reconheceu a repercussão geral da matéria e deverá proferir decisão, em breve, sobre a matéria.

A vida imita a arte

Parafraseando ditado popular, a decisão guarda estreita similaridade com o enredo do filme Um Ato de Esperança, no qual a juíza Fiona Maye (Emma Thompson) precisa decidir sobre a transfusão de sangue de um jovem cuja família se mostrava contra pelas mesmas razões religiosas, uma vez que são seguidores da doutrina evangélica Testemunhas de Jeová.

Na dramaturgia, a juíza passa por um conflito em sua vida familiar, quando lhe vem um delicado caso em que um jovem necessita de transfusão de sangue para continuar vivendo. Em meio a um turbilhão acontecimentos e

dos questionamentos de dogmas e valores, Fiona determina a transfusão de sangue, o jovem se recupera e o enredo segue.

Tal como a vida real pode ser vista nas telas dos cinemas, o contrário também pode ocorrer. Tanto lá como cá, na decisão prevalece, além do bom senso, a certeza de que a vida é um bem inestimável e que deve ser resguardada por todos os meios legais possíveis.

Zé Inácio Promove Audiência Sobre O Dia Nacional Da Consciência Negra

posted by blogdoleitao , on 16:44 , No Comments

Zé Inácio promove audiência sobre o Dia Nacional da Consciência Negra

Deputado Zé Inácio | Divulgação.

Foi realizada, na terça-feira (19), audiência pública em alusão ao Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado dia 20 de novembro. A audiência, resultado de um requerimento do deputado Zé Inácio (PT), a pedido do Conselho Estadual de Igualdade Racial, teve como tema “Da escravidão aos dias de hoje: O que mudou para a população negra do Maranhão”. A suspensão do feriado estadual do Dia da Consciência Negra, de autoria de Zé Inácio, também foi discutida.

Representantes do movimento negro no Maranhão e de movimentos sociais participaram, expondo as dificuldades que o povo negro tem enfrentado ao longo dos anos e ressaltando a importância da luta em defesa dos direitos e da vida do povo negro.

Segundo Zé Inácio, as conquistas alcançadas pelo povo negro no Brasil e no Maranhão são significativas, mas o caminho até que se tenha igualdade de direitos e mais respeito pelo povo negro ainda é longo e árduo. “O feriado estadual do dia 20 de novembro é mais que uma data importante no nosso calendário. É um dia de luta, mais um dia de luta e, por isso, o feriado deve ser mantido. A suspensão do feriado é um ato que pode ser visto como discriminatório e esse é mais um dia para lutarmos contra a retirada de direitos e buscar novas conquistas. Já foi apresentado recurso contra a decisão do TJ que suspense o feriado e acredito que essa decisão será reformada em instâncias superiores”.

Durante a audiência, houve palestra do doutor e mestre em Ciências Sociais e Política (PUC/SP), Silvio BemBem. Também participaram do debate Socorro Guterres, secretária adjunta de Igualdade Racial, Cruzamar de Pinho, secretária adjunta de Direitos Humanos; Mari-Silva Maia da Silva, presidente do Conselho Estadual De Defesa Dos Direitos Humanos; Jacinta Maria Santos, presidente do Conselho Estadual da Política de Igualdade Étnico Racial; Egberto Magno, representante da Frente em Defesa do 20 de Novembro; Jean Carlos Nunes Pereira, titular do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Maranhão e Eric Morais, presidente da Comissão da Verdade da Escravidão Negra da OAB.

Othelino Neto repercute crescimento do PIB maranhense

POSTED BY: MARTIN VARÃO 20/11/2019

Dentre os assuntos que mais repercutiram no cenário nacional, na última semana, o presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), destacou, na 16ª edição do Podcast 'Diálogo Com Othelino', o aumento da desigualdade na distribuição de renda no país e o desmatamento na Amazônia. Falou ainda sobre temas locais, como o crescimento do PIB maranhense, a liberação de recursos para investimento ambiental e a inauguração da nova sede das Promotorias de Justiça em Caxias.

Othelino Neto iniciou o podcast comentando sobre a Pesquisa Desigualdade Mundial 2018, em que dados apontam que 1% da população brasileira concentra 30% da renda do país. "Isso nos torna a nação mais desigual do planeta. Além dos números extremamente negativos, percebemos que a macropolítica do atual governo vai radicalizar ainda mais a desigualdade", acentuou.

O parlamentar falou de dados coletados por organismos do Governo Federal que apontaram um aumento de 30% no desmatamento da Amazônia, entre agosto de 2018 a julho de 2019. "O atual governo não tem política ambiental, aliás, incentiva o desmatamento e o desrespeito à legislação ambiental brasileira, que, apesar de algumas investidas, continua sendo uma das legislações mais completas do mundo, mas que precisa ser cumprida. É fundamental que continuemos cobrando, porque é inadmissível que deixemos o principal recurso ambiental do planeta Terra sendo destruído e desmatado de forma frequente", avaliou.

Em contrapartida, o chefe do Legislativo comemorou a alta do Produto Interno Bruto (PIB) do Maranhão. De acordo com dados divulgados pelo IBGE, houve um aumento de 5,3% no desempenho da economia maranhense, que obteve índice bem acima da média nacional, que cresceu 1,3%.

"É razão de alegria para nós e, claro, motivo de renovar o desafio para que possamos continuar incentivando a economia do estado. O nosso desejo é que o Maranhão continue superando a crise, a partir da movimentação da economia, gerando emprego, renda e melhorando a qualidade de vida do povo do Maranhão", frisou.

Em seguida, Othelino Neto repercutiu a solenidade promovida no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), na segunda-feira (18), que marcou a assinatura de atos interinstitucionais pela sustentabilidade no estado, em que foram liberados recursos para investimentos em unidades de conservação na capital e no interior. O esforço pela ação envolveu os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo. Entre as áreas beneficiadas pelo ato estão o Parque Estadual do Rangedor, o Parque Estadual do Bacanga, o Parque Ambiental de Timon, entre outras.

Zé Inácio promove audiência sobre o Dia Nacional da Consciência Negra

Foi realizada nesta terça-feira (19) audiência pública em alusão ao Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado dia 20 de novembro.

A audiência, que foi um requerimento do deputado Zé Inácio a pedido do Conselho Estadual de Igualdade Racial, teve como tema "Da escravidão aos dias de hoje: O que mudou para a população negra do Maranhão". A suspensão do feriado estadual do Dia da Consciência Negra, de autoria de Zé Inácio, também foi discutida.

Representantes do movimento negro no estado e de movimentos sociais participaram, expondo as dificuldades que o povo negro tem enfrentado ao longo dos anos e ressaltando a importância da luta em defesa dos direitos e da vida do povo negro.

Segundo Zé Inácio, "As conquistas alcançadas pelo povo negro no Brasil e no Maranhão são significativas, mas o caminho até que se tenha igualdade de direitos e mais respeito pelo povo negro ainda é longo e árduo. O feriado estadual do dia 20 de novembro é mais que uma data importante no nosso calendário, é um dia de luta, mais um dia de luta e por isso o feriado deve ser mantido. A suspensão do feriado é um ato que pode ser visto como discriminatório e esse é mais um dia para lutarmos contra a retirada de direitos e buscar novas conquistas. Já foi apresentado recurso contra a decisão do TJ que suspende o feriado e acredito que essa decisão será reformada em instâncias superiores".

Durante a audiência houve palestra do Doutor e Mestre em Ciências Sociais-Política (PUC/SP), Silvio BemBem. Também participaram do debate Socorro Guterres, secretária adjunta de Igualdade Racial; Creuzamar de Pinho, secretária adjunta de Direitos Humanos; Mari-Silva Maia da Silva, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos; Jacinta Maria Santos, presidente do Conselho Estadual da Política de Igualdade Étnico Racial; Egberto Magno, representante da Frente em Defesa do 20 de Novembro; Jean Carlos Nunes Pereira, titular do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Maranhão e Eric Moraes, presidente da Comissão da Verdade da Escravidão Negra da OAB

Precatórios: OAB-MA leva Conselho Federal a atuar em caso no STF

Publicado em 20 de novembro de 2019 por gilbertoleda

Em sessão realizada no último dia 18, segunda-feira, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, decidiu, por unanimidade, que irá requerer ingresso como amicus curiae no mandado de segurança do Estado do Maranhão no STF, em que pedem que o Governo Federal seja obrigado a providenciar o empréstimo, previsto na emenda 99, para pagamento dos precatórios.

A relatoria do voto ficou a cargo do secretário-geral da OAB, Alberto Simonetti, que destacou a importância dos precatórios, não só para a advocacia, mas para toda a sociedade brasileira. “Os advogados e advogadas estão junto com milhares de cidadãos brasileiros entre os credores dos precatórios a serem pagos pelos entes federados. As referidas verbas possuem caráter alimentar e o seu pagamento, em tempo razoável, merece toda a atenção deste Conselho na medida em que atenderá não apenas os interesses coletivos da advocacia, mas terá significativo impacto na economia de todos os estados brasileiros”, afirmou.

Em seu voto, Simonetti relatou ainda que as informações de maneira sucinta evidenciam a relevância e a importância e a repercussão social da matéria a autorizar a participação do Conselho como amicus curiae em todas as demandas que versam sobre o Artigo 101, parágrafo 4º da ADCT em trâmite no Supremo Tribunal Federal. “Pelo exposto, voto, nesses termos, pelo requerimento de admissão desta entidade no mandato de segurança 36375 e nas demais ações que tramitam na Suprema Corte discutindo o art. 101, parágrafo 4º”, votou.

De posse da palavra, o presidente da OAB Maranhão, Thiago Diaz, ressaltou a luta da OAB Maranhão junto ao Governo do Estado para a regularização da dívida dos precatórios. “Quero destacar a importância desse ingresso da Ordem como amicus curiae, para a advocacia na base, nos estados. Isso, especificamente, no caso do Maranhão, que é o caso em que se justificou o pedido de entrada da Ordem. Nós, na OAB Maranhão, pressionamos muito fortemente o governo do Estado pelo atraso no pagamento dos precatórios, pela importância que todos nós sabemos que isso tem para a advocacia, mormente pela questão dos honorários advocatícios”, pontuou Diaz.

Na oportunidade, Diaz observou ainda que em função das diversas negativas do Governo do Estado no pagamento da dívida a OAB foi ao Tribunal de Justiça solicitar o sequestro de verbas para honrar o pagamento. “Fomos ao Tribunal de Justiça e requeremos ao presidente do Tribunal o sequestro das verbas do Governo do Estado. Como o presidente do TJ não fez, fomos, assim, ao CNJ, solicitando o pagamento da dívida. Foi então, que o governador solicitou à Assembleia Legislativa um pedido de autorização para empréstimo”, explicou.

Desde 2017, a OAB Maranhão vem atuando incessantemente junto ao governo do Estado para que regularize sua dívida de precatórios junto à sociedade maranhense e também à advocacia. Vale destacar que a responsabilidade de arrecadar o dinheiro para pagar os precatórios é do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. A OAB Maranhão tem cobrado com insistência tanto à Corte de Justiça, quanto o Governo do Estado para que sejam tomadas as providências cabíveis para que o Governo do Estado pague os precatórios.

“A emenda constitucional 99, diz que esse empréstimo tem natureza vinculada. Então, não corre o risco de ser

utilizado para outra finalidade, que não o pagamento de precatórios e por isso, parabenizo o voto e também adiro no sentido de pedir a esse Conselho o deferimento pelo ingresso da Ordem como amicus curiae, porque realmente é relevante para o Estado que nós cobramos os pagamentos dos precatórios, que precisam viabilizar a forma, ferramentas, dinheiro, para efetivamente fazer esses pagamentos”, finalizou Thiago Diaz.

Possibilidade de venda de precatórios

O artigo 105 do ADCT estabelece que: Art. 105. Enquanto viger o regime de pagamento de precatórios previsto no art. 101 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, é facultada aos credores de precatórios, próprios ou de terceiros, a compensação com débitos de natureza tributária ou de outra natureza que até 25 de março de 2015 tenham sido inscritos na dívida ativa dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, observados os requisitos definidos em lei própria do ente federado.

A alteração recente promovida pela Emenda Constitucional n. 99 tornou mais atraente para grandes empresas a compra de precatórios, na medida em que poderão compensar esses créditos com débitos tributários.

Os credores de precatórios que tiverem pressa no recebimento de seus valores e estiverem dispostos a abrir mão de parte de seu crédito (deságio) podem buscar seus advogados para verificar a possibilidade de venda do precatório.

Emenda Constitucional 94/2016

A norma Constitucional alterada passou a estabelecer um novo sistema de pagamento de precatórios. De acordo com a Emenda Constitucional 94/2016, poderão ser pagos até 2020, por um regime especial, os precatórios a cargo de estados, do Distrito Federal e de municípios pendentes até 25 de março de 2015 e aqueles que vencerão até 31 de dezembro de 2020.

A nova norma ajusta o regime de pagamentos à decisão de 2013 do Supremo Tribunal Federal (STF), que declarou a inconstitucionalidade de parte da Emenda Constitucional 62, de 2009. Essa emenda previa prazo de 15 anos para os pagamentos. Os precatórios são dívidas contraídas pelos governos em todas as esferas quando são condenados pela Justiça a fazer um pagamento.

Zé Inácio promove audiência sobre o Dia Nacional da Consciência Negra

Foi realizada, na terça-feira (19), audiência pública em alusão ao Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado dia 20 de novembro. A audiência, resultado de um requerimento do deputado Zé Inácio (PT), a pedido do Conselho Estadual de Igualdade Racial, teve como tema “Da escravidão aos dias de hoje: O que mudou para a população negra do Maranhão”. A suspensão do feriado estadual do Dia da Consciência Negra, de autoria de Zé Inácio, também foi discutida.

Representantes do movimento negro no Maranhão e de movimentos sociais participaram, expondo as dificuldades que o povo negro tem enfrentado ao longo dos anos e ressaltando a importância da luta em defesa dos direitos e da vida do povo negro.

Segundo Zé Inácio, as conquistas alcançadas pelo povo negro no Brasil e no Maranhão são significativas, mas o caminho até que se tenha igualdade de direitos e mais respeito pelo povo negro ainda é longo e árduo. “O feriado estadual do dia 20 de novembro é mais que uma data importante no nosso calendário. É um dia de luta, mais um dia de luta e, por isso, o feriado deve ser mantido. A suspensão do feriado é um ato que pode ser visto como discriminatório e esse é mais um dia para lutarmos contra a retirada de direitos e buscar novas conquistas. Já foi apresentado recurso contra a decisão do TJ que suspense o feriado e acredito que essa decisão será reformada em instâncias superiores”.

Durante a audiência, houve palestra do doutor e mestre em Ciências Sociais e Política (PUC/SP), Silvio BemBem. Também participaram do debate Socorro Guterres, secretária adjunta de Igualdade Racial, Creuzamar de Pinho, secretária adjunta de Direitos Humanos; Mari-Silva Maia da Silva, presidente do Conselho Estadual De Defesa Dos Direitos Humanos; Jacinta Maria Santos, presidente do Conselho Estadual da Política de Igualdade Étnico Racial; Egberto Magno, representante da Frente em Defesa do 20 de Novembro; Jean Carlos Nunes Pereira, titular do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Maranhão e Eric Moraes, presidente da Comissão da Verdade da Escravidão Negra da OAB.

Zé Inácio promove audiência sobre o Dia Nacional da Consciência Negra

Foi realizada, na terça-feira (19), audiência pública em alusão ao Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado dia 20 de novembro. A audiência, resultado de um requerimento do deputado Zé Inácio (PT), a pedido do Conselho Estadual de Igualdade Racial, teve como tema “Da escravidão aos dias de hoje: O que mudou para a população negra do Maranhão”. A suspensão do feriado estadual do Dia da Consciência Negra, de autoria de Zé Inácio, também foi discutida.

Representantes do movimento negro no Maranhão e de movimentos sociais participaram, expondo as dificuldades que o povo negro tem enfrentado ao longo dos anos e ressaltando a importância da luta em defesa dos direitos e da vida do povo negro.

Segundo Zé Inácio, as conquistas alcançadas pelo povo negro no Brasil e no Maranhão são significativas, mas o caminho até que se tenha igualdade de direitos e mais respeito pelo povo negro ainda é longo e árduo. “O feriado estadual do dia 20 de novembro é mais que uma data importante no nosso calendário. É um dia de luta, mais um dia de luta e, por isso, o feriado deve ser mantido. A suspensão do feriado é um ato que pode ser visto como discriminatório e esse é mais um dia para lutarmos contra a retirada de direitos e buscar novas conquistas. Já foi apresentado recurso contra a decisão do TJ que suspense o feriado e acredito que essa decisão será reformada em instâncias superiores”.

Durante a audiência, houve palestra do doutor e mestre em Ciências Sociais e Política (PUC/SP), Silvio BemBem. Também participaram do debate Socorro Guterres, secretária adjunta de Igualdade Racial, Creuzamar de Pinho, secretária adjunta de Direitos Humanos; Mari-Silva Maia da Silva, presidente do Conselho Estadual De Defesa Dos Direitos Humanos; Jacinta Maria Santos, presidente do Conselho Estadual da Política de Igualdade Étnico Racial; Egberto Magno, representante da Frente em Defesa do 20 de Novembro; Jean Carlos Nunes Pereira, titular do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Maranhão e Eric Moraes, presidente da Comissão da Verdade da Escravidão Negra da OAB.

Dias de Ativismo

A campanha “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres” começou ontem. O objetivo é sensibilizar e compartilhar conhecimento e práticas para prevenir e eliminar a violência contra mulheres e meninas em todo o mundo.

No Maranhão, o movimento é realizado pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão, com o projeto “Marias em Ação”, idealizado pela desembargadora Ângela Salazar.

Campanha global denuncia violência contra as mulheres

O evento "16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres" foi iniciado ontem com o objetivo de sensibilizar e compartilhar conhecimento e práticas para prevenir e eliminar a violência contra mulheres e meninas em todo o mundo

21/11/2019

Campanha global denuncia violência contra as mulheres

SÃO LUÍS - Com o objetivo de sensibilizar e compartilhar conhecimentos e práticas para prevenir e eliminar a violência contra mulheres e meninas em todo o mundo, a campanha "16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres" foi iniciado ontem.

No Maranhão, a campanha está sendo realizada pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (Cemulher/TJMA), com o projeto "Marias em Ação", idealizado pela desembargadora Ângela Salazar, presidente da Coordenadoria da Mulher. A abertura aconteceu na Praça do Viva Planalto I, Turu, às 17h.

"Todos nós temos um papel fundamental nessa luta, no apoio a mulheres que sofrem violência, especialmente a violência doméstica e familiar, incentivando as denúncias e a procura pelos órgãos da Rede de Proteção e Atendimento", frisou a desembargadora Ângela Salazar.

O "Marias em Ação" tem como finalidade capacitar lideranças comunitárias femininas, inclusive jovens com esse potencial, para executar ações de promoção dos direitos humanos das mulheres e de enfrentamento à violência doméstica e familiar, em suas comunidades, através de orientações individuais e coletivas para facilitar os caminhos de acesso à Justiça.

O projeto é realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social (Semcas), através dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS-Turu) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS-Sol e Mar).

Serão entregues cartilhas produzidas pela Coordenadoria Estadual da Mulher do Tribunal de Justiça do Maranhão com perguntas e respostas práticas sobre a Lei Maria da Penha e os endereços onde procurar ajuda, como a Casa da Mulher Brasileira, no bairro do Jaracaty, onde estão localizadas a Delegacia Especial de Atendimento a Mulher, Promotoria, Defensoria Pública, a 2ª Vara Especializada da Mulher de São Luís, específica das Medidas Protetivas, além de outros serviços.

A presidente da Cemulher enfatiza que "com a campanha, queremos chamar a atenção e sensibilizar a sociedade para todas as formas de violência contra as mulheres, seja física, psicológica, patrimonial, moral, sexual, pois os números ainda são alarmantes em nosso país".

Há ainda o disque 180 onde qualquer pessoa pode denunciar de forma anônima uma situação de violência contra a mulher e receber orientações.

Dados

O Brasil ainda é o 5º país com maior taxa de assassinatos femininos no mundo, em um ranking com 83 países, segundo a ONU.

No Maranhão, já foram registrados 47 feminicídios em 2019. Destes, nove aconteceram na região metropolitana de São Luís, segundo dados divulgados pelo Departamento de Feminicídios da Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP). Os números superaram o saldo de todo o ano passado, que fechou com 45 casos. As estatísticas apontam que a quase totalidade das vítimas não procurou ajuda do Estado ou de qualquer outra instituição.

No Brasil, a Lei Maria da Penha veio para proteger as mulheres em situação de violência doméstica e familiar, principalmente pelas Medidas Protetivas de Urgência.

Campanha mundial

A campanha “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres” é uma mobilização global da sociedade civil que, no Brasil, dura 21 dias, com início no dia 20 de novembro (Dia Nacional da Consciência Negra) e encerramento no dia 10 de dezembro (Dia Internacional dos Direitos Humanos).

É uma mobilização internacional apoiada pela campanha do Secretário-Geral da ONU “Una-se pelo Fim da Violência Contra as Mulheres”, com o objetivo de sensibilizar e compartilhar conhecimento e práticas para prevenir e eliminar a violência contra mulheres e meninas em todo o mundo.

Governos, sociedade civil, escolas, universidades, empresas, associações esportivas e as pessoas individualmente manifestam solidariedade às vítimas, às ativistas, aos movimentos de mulheres e às defensoras dos direitos humanos das mulheres para pôr fim à violência contra mulheres e meninas.

Decisão judicial garante direito à vida frente crença religiosa no Maranhão

Na decisão, Nelma Celeste invoca os direitos fundamentais expressos na Constituição Federal, em especial o direito à vida

Em decisão inédita no âmbito do Tribunal de Justiça do Maranhão a desembargadora do TJMA Nelma Celeste Souza Costa, negou pedido de paciente que pleiteava não ser submetido à transfusão de sangue, em razão de crença religiosa. A decisão foi tomada na madrugada desta quinta, 21, em regime de plantão.

O pedido chegou ao Tribunal de Justiça após o paciente A. M. S. F., internado em um hospital da capital, ter tido seu pedido negado na Justiça de 1º grau. Em suas razões recursais ele alega haver documento assinado, há pelo menos seis anos, no qual expressa sua vontade e isenta de responsabilização o corpo médico. Destacou, ainda, que a negativa ofendeu a dignidade da pessoa humana.

Por outro lado, em razão do quadro clínico do paciente requerer cuidados e a urgência na realização do procedimento, o hospital entende que a transfusão é necessária ao caso, sendo fundamental para a manutenção da vida.

Na decisão, Nelma Celeste invoca os direitos fundamentais expressos na Constituição Federal, em especial o direito à vida, destacando que nenhum é absoluto. “Entretanto, pela sua importância axiológica e por ser pressuposto elementar para o exercício de todos os outros direitos, o direito à vida só pode ter restrições nos casos previstos na própria Constituição...”.

A magistrada também considerou que o pedido formulado deve partir de uma vontade livre e contemporânea à necessidade de transfusão, o que não ocorre no caso, haja vista que a declaração data de pelo menos seis anos atrás. “Assim, não havendo vontade expressa, contemporânea e livre de vícios, não há como reconhecer o direito pleiteado”.

Ela destaca, ainda, que o paciente, em razão do estado de saúde, não se encontra em sua plena capacidade de decisão. “Repito, é necessária a plena capacidade do paciente para saber as consequências do ato omissivo”, reforça.

O tema é controverso e de grande relevância social. Em 14 de outubro do ano corrente, o STF reconheceu a repercussão geral da matéria e deverá proferir decisão, em breve, sobre a matéria.

Anapurús - Tina Monteles descumpre prisão domiciliar e é flagrada em Chapadinha

Tina Monteles

A ex-prefeita de Anapurus, Cleomaltina Moreira Monteles, conhecida como Tina Monteles, que cumpre pena de 5 anos e 10 meses, em prisão domiciliar desde outubro de 2017, voltou a debochar da Justiça do Maranhão.

Desta vez, a ex-prefeita que está proibida de circular por Chapadinha após descumprir decisão judicial inicial, foi flagrada em diversas boutiques e em uma Clínica de Estética de Chapadinha.

Condenada por dispensa ilegal de licitação durante o período que governou o município e instalou o caos administrativo na cidade, Tina já havia sido punida por descumprir decisão judicial, após denúncias de moradores de Anapurus, em 2018.

Naquele ano, apesar de condenada, Tina Monteles teve direito a muitas regalias em sua prisão domiciliar, como, por exemplo, frequentar livremente as cidades de Anapurus, Mata Roma, Chapadinha e São Luís no horário compreendido entre as 5h às 23h, sendo que o sábado era livre para a ex-prefeita.

Mesmo com todas essas regalias, a ex-prefeita descumpria constantemente as condições impostas na sentença, sendo flagrada diversas vezes em festas e eventos em diversas cidades e horários não permitidos.

A certeza de impunidade era tão grande por parte da ex-prefeita, que teria participado ativamente da campanha política de 2018, pedindo votos para o seu aliado político, o Deputado Estadual Paulo Neto, tendo realizado comícios e reuniões em sua residência de Anapurus.

Vale lembrar que, como é condenada penalmente, não poderia jamais participar de eventos políticos, já que está com os seus direitos políticos suspensos.

Diante desses constantes descumprimentos, Tina Monteles foi denunciada pela população de Anapurus, e em uma audiência no dia 21 de novembro de 2018, teve cortadas boa parte de suas mordomias e impostas condições mais severas.

A ex-prefeita perdeu o direito de transitar por Mata Roma, Chapadinha e São Luís e passou a ser obrigada a se recolher das 21h às 8h, além de ser proibida de frequentar locais públicos e realizar ou participar de eventos políticos.

Mas isso não foi o bastante para ex-gestora sossegar e passar a cumprir fielmente sua pena.

Como dá pra ver nas imagens, Tina Monteles anda calmamente, no dia 07 de novembro de 2019, pelo centro de

Chapadinha, em plena luz do dia e em horário de grande circulação de pessoas e veículos.

Como se vê, o comportamento é sempre o mesmo: a apenada chega em seu veículo com motorista, desce do carro e entra em várias lojas, sem ser importunada por ninguém. Passa o dia inteiro fazendo compras e, a única preocupação que tem antes de sair das lojas é mandar a senhora que lhe acompanha, provavelmente alguma funcionária, sair primeiro e verificar se está tudo “liberado”.

Em outras oportunidades, a apenada fora flagrada na Clínica de Estética Amanda Cuello, também na cidade de Chapadinha, para onde vai fazer procedimentos de beleza.

Mesmo com todas essas mordomias e descumprindo constantemente as ordens judiciais, Tina, através dos seus advogados, protocolou pedido de indulto para ter sua pena extinta.

Resta então confiar na Justiça e esperar que o Ministério Público tome as providências que o caso requer.